



**CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS
PROJETO SEGUNDO TEMPO**

ANDRÉ LUIZ TEIXEIRA REIS

(depoimento)

2011

CEME-ESEF-UFRGS

FICHA TÉCNICA

Projeto: Garimpando Memórias

Número da entrevista: E-192

Entrevistado: André Luiz Teixeira Reis

Nascimento: 12 de junho de 1961

Local da entrevista: Quality Suítes Congonhas – São Paulo/SP

Entrevistador/a: Luciane Soares

Data da entrevista: 10/12/2010

Transcrição: Tuany Defaveri Begossi

Copidesque: Silvana Vilodre Goellner

Pesquisa: Silvana Vilodre Goellner

Total de gravação: 36 minutos e 38 segundos

Páginas Digitadas: 15

Observações:

O Centro de Memória do Esporte está autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, este depoimento de cunho documental e histórico. É permitida a citação no todo ou em parte desde que textual e que a fonte seja mencionada conforme especificação abaixo.

REIS, André Luiz Teixeira. *André Luiz Teixeira Reis (depoimento, 2010)*. Porto Alegre: CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE – ESEF/UFRGS, 2011.

Sumário

Relação com o Programa Segundo Tempo; equipes colaboradoras; processo de capacitação; capacitação à distância; fundamentos pedagógicos do Programa; relação com ensino à distância; experiência da Universidade de Brasília; limites do Programa; concepção de esporte; inclusão social; relação de gênero no Programa; humanização da avaliação e acompanhamento.

São Paulo, 09 de Dezembro de 2010. Entrevista com André Luiz Teixeira Reis a cargo da entrevistadora Luciane Silveira Soares para o projeto Memórias do Programa Segundo Tempo.

L.S. – André, eu queria saber como tu conhecestes o Programa Segundo Tempo.

A.R. – Bom, antes de atuar com a equipe colaboradora, eu conheci o Programa Segundo Tempo lá na Universidade de Brasília em 2003, 2004, no processo de capacitação dos recursos humanos. No caso, dos coordenadores de núcleo, porque lá na UNB houve um tempo de cooperação entre a UNB e o Ministério do Esporte para a capacitação à nível de especialização.

L.S. – Em que ano?

A.R. – Foi em 2004. De 2004 a 2005. Era um curso de pós-graduação, à nível de especialização à distância e, logicamente, tinha o destino de serem formados em Educação Física e está atuando nos núcleos do Programa Segundo Tempo. Então, foi um trabalho extenuante, mais ou menos um ano de contatos via internet e depois a defesa das monografias, que aí todo mundo teve que ir para Brasília para defender a monografia. Foi assim que eu conheci. Além disso, nesse processo de capacitação a gente elaborou alguns compêndios de uma fundamentação didático pedagógica do Segundo Tempo para aquela especialização que acabaram sendo também utilizadas nas ações nos núcleos. Mas, a minha participação foi mesmo na parte dessa capacitação, à nível de pós-graduação pela EAD, o educação à distância lá de Brasília que é o CEAD – Centro de Educação à Distância da Universidade de Brasília.

L.S. – E quando e como tu iniciaste a trabalhar no Programa Segundo Tempo?

A.R. – Eu tive uma vontade. Sabe aquela vontade? O Programa Segundo Tempo me chamou muito atenção. E eu, como professor na universidade, eu queria utilizar o conhecimento do Segundo Tempo em Brasília, no Distrito Federal, nas regiões de menor poder aquisitivo e eu queria levar para a Universidade de Brasília, para que a Universidade pudesse cumprir o seu papel social. Eu queria que acontecesse na Universidade, que a

gente levasse para Universidade uma quantidade “xis” de crianças, que o ideal para mim eram duzentas crianças e que a gente pudesse utilizar... Porque eu, como sou professor doutor da universidade, a gente nem pode pensar só no diletantismo, você trabalhar pelo prazer de você fazer um trabalho de possibilitar a inclusão social, de usar o esporte como um meio “pararara pararara”. Porque, na realidade, eu tenho um título, eu tenho uma profissão e a universidade é um lugar de produção de conhecimento, de pesquisa. Então, a minha intenção era levar o Programa Segundo Tempo para a universidade e estudar como seus impactos. Ou seja, a teoria e a prática e analisar como isso se dá, como se dá essa relação. E nessa produção de conhecimento oferecer ao Programa Segundo Tempo alguns indicadores. Eu me lembro até que eu tentei, em 2006, junto ao Ministério do Esporte... Inclusive a professora Gianna¹ já era uma das gestoras... Eu tentei levar o Programa Segundo Tempo para lá. Só que nós temos um problema sério lá na Universidade: é que ela fica distante dos centros onde existe, categoricamente, a clientela do Programa Segundo Tempo, então, nós necessitamos de transporte. E esta parte do transporte - imagina transportar três vezes por semana, duzentas crianças - iria ficar muito caro. E aí a professora Gianna... Eu achei uma atitude honesta dela, disse para mim: “Olha professor, o Programa Segundo Tempo na UNB nos interessa, realmente essa questão de discutir os impactos, de fazer uma pesquisa sobre isso... Realmente nos interessa, mas só para manter o Programa Segundo Tempo na Universidade o gasto que daria e o tempo de custo, daria para fazer seis, sete outros núcleos, para ter um núcleo lá na UNB. Eu perderia outros sete convênios por causa do convênio lá na UNB”. Então, naquele momento foi impossível, naquele momento. E aí me frustrou, não vou dizer que não fiquei um pouco frustrado, principalmente, com os nossos objetivos, mas eu entendi perfeitamente as colocações da professora Gianna. Eu aceitei, acatei, acho que eram justificativas plausíveis [trecho inaudível]. Era um gestor público e ela tinha que justificar... Não tinha como justificar realmente, eu entendi isso, eu compreendi. Em 2008, teve um processo de discussão de uma equipe... Inclusive eu achei interessante que o Ministério Público, o Procurador Geral da União, o Tribunal de Contas, entre outros, eles fizeram um documento avaliando o Programa Segundo Tempo. E eles colocaram realmente essa necessidade de acompanhamento e avaliação do impacto e também do acompanhamento do processo. E aí, sabiamente, a professora Gianna e a equipe consolidaram a idéia das equipes

¹ Gianna Lepre Perim, Diretora do Departamento de Esporte Educacional e Identidade Cultural da Secretaria Nacional de Esporte Educacional do Ministério do Esporte.

colaboradoras. E aí foram convidar pessoas na minha cidade que tinham perfil, que poderiam trabalhar nesta proposta e como as coisas são interessantes, como eu já tinha despertado esse interesse pelo Programa Segundo Tempo de levar para a universidade e estudá-lo, pesquisá-lo para qualificá-lo, então, a professora Gianna e a equipe fizeram convite para a UNB. E, já conhecendo a minha intencionalidade, me convidaram para participar das equipes colaboradoras sendo o coordenador da equipe colaboradora do centro-oeste, através da Universidade de Brasília. Daí então, eu logicamente, aceitei esse convite, que é um desafio e montamos a Equipe Colaboradora 7, que trabalha no centro-oeste, antes era Piauí também, mas mudamos para Tocantins e Goiás também. Então, nós fazemos esse trabalho.

L.S. – E quantas pessoas fazem parte da tua equipe?

A.R. – Inicialmente eram dez pessoas porque existia na época uma demanda, existiam vários convênios... Mas agora vários convênios cancelaram, não pediram para renovar e outros também desapareceram porque, realmente, não tinham como justificar a existência do convênio. Ou seja, só no início da equipe colaboradora deu um impacto em relação a sua... Nós fiscalizamos, não de uma forma polícial, mas de uma forma de poder ir lá e ajudar e colaborar. Como o Júlio Filgueira² colocou muito bem, no início, quando nós chegamos, a idéia não é acabar com nenhum convênio. Era ajudar o convênio que tem problema para que ele permaneça. Então, eu achei muito louvável da parte dele e com isso nós acertamos, porque uma colocação que a gente fez desde o início foi assim: nós somos educadores e a nossa intenção é como um hospital - você tem um doente, você tem que cuidar dele para ele se salvar, para ele melhorar e não, por outro lado, se está doente, joga fora e deixa morrer. Então, isso aí foi justo e como pedagogo, claro que não um pedagogo eu não tenho formação de pedagogia...

L.S. – Educador.

A.R. – Mas como educador a gente pensa dessa forma que é ajudar o convênio que tem problema, que tem dificuldade e não chegar e dizer, “Você é o culpado”. Porque o

² Júlio Cesar Monzú Filgueira. Secretário Nacional de Esporte Educacional do Ministério do Esporte no período de maio de 2007 a outubro de 2009.

Programa Segundo Tempo ficou um pouco sem esse controle, sem acompanhamento, então a gente tinha que ver se tinha problema... Será que foi por culpa do convênio ou por culpa do Ministério que não tinha um processo, um mecanismo, uma estrutura para fazer esse acompanhamento?

L.S. – Bom, há quanto tempo, realmente, tu fazes parte do Programa?

A.R. – Efetivamente a partir de 2008 quando foi montada a equipe colaboradora. Se eu não me engano foi outubro de 2008, em 2009 e agora 2010. Esses dois anos.

L.S. – E o teu núcleo está vinculado a algum projeto?

A.R. – Você diz o meu núcleo?

L.S. – A tua equipe está vinculada a algum projeto em especial?

A.R. – Atualmente nós temos uma proposta de formação das equipes colaboradoras. Nós tivemos duas experiências pilotos, que é o Programa Segundo Tempo Padrão, que é aquele para as crianças e adolescentes acontecendo na Universidade de Brasília. Então nós atendemos duzentas crianças da periferia de Brasília que vão à Universidade e tem lá as ações do Programa Segundo Tempo. E temos, também, uma experiência piloto do Programa Segundo Tempo Universitário que é o Programa Segundo Tempo voltado para as universidades, para resgatar a prática esportiva de qualidade, acompanhada, supervisionada na universidade. O desporto universitário caiu muito, a participação do estudante nos jogos universitários caiu muito. Hoje você vê só as instituições privadas, particulares participando dos jogos universitários, muito embora, essa não é nossa intencionalidade. É claro que essa é uma das possibilidades do incremento da prática esportiva na universidade. A nossa idéia é a questão da Educação Física para a saúde, que é isso que a gente percebe o estresse do dia de hoje do estudante universitário, entre outros. Então ele precisa de um elemento para canalizar outros aspectos, para ter um desenvolvimento, tanto no aspecto cognitivo, aspecto afetivo, aspecto social, entre outros. Então nós estamos tendo a experiência piloto no PST universitário, que ela é uma... É o

Programa Segundo Tempo padrão, mas com características mais próprias a um jovem de idade universitária.

L.S. – E tem tido boa aceitação dentro da universidade?

A.R. – Excelente aceitação! Inclusive o Programa Segundo Tempo Universitário veio reforçar a prática desportiva e qualificá-la. É tanto que, o Programa Segundo Tempo Universitário está servindo de modelo para a revitalização da prática esportiva da Universidade de Brasília, porque a Universidade de Brasília talvez seja uma das poucas universidades públicas federais do Brasil que ainda mantém no currículo dos cursos, não só a Educação Física, mas todos os cursos aquela prática desportiva do estudante universitário...

L.S. – Sim, que não é mais obrigatória.

A.R. – Que não é mais obrigatória é optativo, mas muitos cursos, muitas universidades, porque não era mais obrigatória a nível regimental eles acabaram sendo extintas.

L.S. – Sim.

A.R. – Então, tem várias universidades que não tem mais aquela prática...

L.S. – É.

A.R. – Aquela educação física do universitário...

L.S. – A maioria...

A.R. – Mas nós conseguimos manter. E agora, nós estamos qualificando-a e o PST Universitário está servindo também de subsídio para qualificar essas práticas esportivas.

L.S. – Interessante é um outro movimento dentro...

A.R. – É um outro... Exatamente. É um outro movimento.

L.S. – Tu conheces as práticas, então, do Programa Segundo Tempo desde o início, tu acompanhou...

A.R. – De certa forma sim. Indiretamente...

L.S. – Os desdobramentos dele também tu tens conhecimento...

A.R. – Isso, exatamente, exatamente. É tanto, que a gente percebe nas gestões anteriores, 2003 era um modelo, 2005 um novo modelo e 2007 um outro modelo. Só que é interessante a gente colocar que esses modelos não negam os anteriores, eles são redirecionados, re-significados, re-conceituados, isso que é importante de a gente entender. Quer dizer, a gente fala assim: “Ah, mas o Programa Segundo Tempo 2003 ele era ruim e agora ele era melhor”, não é isso, agora ele está mais maduro.

L.S. – É.

A.R. – E no próximo ano vamos ter que amadurecer esse hoje que está melhor que 2003, então, veja bem, uma coisa... A outra vem e vai aprimorando é uma questão diacrônica, ou seja, como se fosse uma bola de neve, que aquela bolinha, lá no início foi se transformando em uma grande, aquela bolinha pequenininha está lá ainda, só que redimensionada.

L.S. – Com base nisso, com esta reestruturação, tu achas que a estrutura que se encontra hoje contempla às ações a que se propõe o Segundo Tempo, atende aos objetivos do Segundo Tempo?

A.R. – Aí vem a mesma questão. Contextualizando com as questões, hoje sim. Só que amanhã nós vamos ver que precisa de mais alguma coisa. Uma colocação que eu faço, enquanto equipe colaboradora que acompanha o processo é que o nosso processo de acompanhamento ele é pontual, ele é momentâneo, ele é, como eu diria, ele é de uma data, de um dia, de um momento. Eu acho que a gente tem que começar a pensar no Programa Segundo Tempo em algo que seja continuado, por exemplo, a capacitação que é feita, em

que você pega os atores que trabalham no Segundo Tempo a nível de coordenadores de núcleo, em que você dá uma capacitação de quatro dias, não nos garante que isso vai ser efetivado no dia-a-dia do núcleo. Ou seja, essa capacitação é importante de ser feita, mas ela tem que ser desdobrada em ações de que aconteçam no cotidiano dos seus núcleos como uma ferramenta de capacitação continuada dada pelo Ministério... E, no caso da equipe colaboradora sete, nós tivemos uma experiência que talvez seja até importante de a gente relatar para vocês que é uma experiência piloto no ano passado; duas aliás de capacitação continuada. Uma delas, nós fazíamos o seguinte: a capacitação em quatro dias nós dividíamos em quatro meses, a gente fazia a capacitação em um dia e aí eles levavam uma agenda de trabalho para o núcleo e fazia essa agenda de trabalho baseada nesse conteúdo, nesse tema durante um mês. Então, dois temas: “Fundamento do Programa Segundo Tempo” e “Diversidade, Gênero e Sexualidade”. Aí eles levavam a agenda de trabalho para executarem junto aos beneficiados nos núcleos e pelo ensino à distância. Nós temos uma plataforma lá na universidade, a gente tem experiência com isso, então, a gente jogava... Colocamos esses temas no sistema “Moodle”³, com os textos e as atividades que eles tinham que fazer nos núcleos e através desse sistema “online”, eles iam mandando para a gente, alimentando com informações de como estava sendo. Outra coisa, cada tema também tinha uma quantidade de perguntas que eles respondiam lá no sistema e essas perguntas já davam a resposta para eles e trazia a discussão.

E aí nós levamos quatro meses, depois no Ministério da Defesa, que é o Programa Segundo Tempo no Ministério da Defesa, Marinha, Exército e Aeronáutica, nós também fizemos uma capacitação, só que essa foi só no sistema. Então a gente acredita que a nossa permanência lá no núcleo, tem que ser assegurada no dia-a-dia, no cotidiano e não mais fazendo somente a capacitação presencial. Vou lá e depois uma vez a cada seis meses eu vou lá e faço uma nova visita, porque eu vou lá e tiro um retrato. Por exemplo, você, por seis meses eu não te vejo, aí eu vejo você hoje; “Nossa, você está abatida, você está doente e tal”, só que durante os outros dias você não estava assim, mas naquele dia que eu fui, você estava assim. Como eu sou professor de prática de ensino também, eu solto os meus alunos para dar aula nas escolas públicas e eu com o sistema de rodízio, um dia eu vou em uma, no outro dia eu vou em outra. Aí um dia eu fui assistir um aluno meu dando aula e ele não foi feliz na aula, não deu certo aí ele falou: “Poxa professor, logo hoje que a minha

³ “Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment”, um software livre, de apoio à aprendizagem, executado num ambiente virtual.

aula não deu certo? Mas a aula ontem, anteontem... Ou seja, então esse é o problema: quando a gente vai lá, a gente vê o núcleo naquele dia, mas a gente não faz o processo. Outra coisa, quando você vê um problema, uma situação, como é que a gente ajuda se estamos longe, então, tem que ter um sistema que você possa estar interagindo no dia-a-dia dos núcleos, tirando as dúvidas no dia-a-dia em um sistema que seja de capacitação continuada.

L.S. – Tu apontarias, por exemplo, esse aspecto como uma limitação hoje?

A.R. – É, eu aponto como uma limitação. Esse processo de capacitação precisa ser aprimorado, para que não seja só uma carga massificaste e massiva de informações. Quer dizer, como é que você pega uma pessoa que vai pegar informações em um livro, aquele livro lá do Programa Segundo Tempo, durante três ou quatro dias que seja... Você acha que essa pessoa vai ter condições de desenvolver isso lá no núcleo? Será que ela vai ter condições de assimilar e discutir item por item? Muito difícil, é muito complicado. Mas, isso não tira a legitimidade, não tira a importância dessa capacitação.

L.S. – Entendi. Na tua opinião, além disso, o que poderia capacitar mais ainda o Programa Segundo Tempo?

A.R. – Eu acho que é definir um pouco mais também... Porque nós somos do Ministério do Esporte, quer dizer, fazemos assessoria para o Ministério do Esporte e nós trabalhamos com o esporte. A minha avaliação é que o Programa Segundo Tempo, por muito tempo, foi um apoio às políticas de Assistência Social fosse uma política social, de inclusão social e utilizando o esporte como um meio, aí vinha outras atividades e tal. Eu acho que o maior desafio é discutir qual o papel do esporte no Programa Segundo Tempo. Porque até então, já tem isso aí mais ou menos desenhado, mas o que eu estou querendo dizer, é a ferramenta do esporte à nível de desenvolvimento de habilidades técnicas, no desenvolvimento da própria criança nas suas fases de desenvolvimento motor, ou seja, qual é o papel do esporte? No entendimento dos aspectos da re-significação dos jogos escolares, foi o que o Júlio falou lá, que um dos desafios do próximo ano, do próximo período, seria fazer os jogos, os festivais inter-convênios, só que tomando muito cuidado para que aquela lógica do sistema de competição estressante, excludente e tudo mais que está aí não contamine o

Programa Segundo Tempo, senão vamos perder a nossa referência, que é a inclusão, que é a relação de gênero ou tudo mais. Por exemplo, você faz uns jogos ou festival entre, só uma idéia, um festival competitivo, um festival de jogos, ou jogos do Programa Segundo Tempo, em que as equipes são formadas lá na hora com pessoas de vários núcleos. Não precisa ser um núcleo contra o outro, você pega um núcleo e pergunta: “Quem quer voleibol, quem quer isso, quem quer aquilo, vamos fazer nossas equipes, vamos colocar o nome na equipe, por exemplo, “banana”. Aí pega um de um núcleo, outro de outro, ou seja, não vai ser núcleo contra núcleo. Então, é re-significar a competição, é re-conceituar competição, ou seja, se você premiar a equipe mais disciplinada, a equipe mais participativa, a equipe que jogou com maior cumplicidade, a equipe que entendeu recreação, e você dá premiação para quem fez, por exemplo, futebol, você dá premiação para quem fez mais gols, vai ser a mesma premiação para quem teve menos cartões amarelos, ou seja, aí você coloca a questão do rendimento ou da questão positivista do resultado, com as questões qualitativas também. E o interessante, sabe o que é, a gente vai ser modelo para essa competição que está aí fora, então, como até o Júlio Filgueira falou, não é ficando de fora jogando pedra... É entrar lá e levar pedrada também e ver o que você pode fazer. Inclusive o ensino à distância... Eu participo de um programa ensino à distância em graduação de Educação Física, em Licenciatura em Educação Física. Eu entrei porque eu não acreditava? Não! Eu vou entrar nisso aí porque é um desafio, vou entrar e vou ver se é possível ou se não é. Eu estou vendo, lá na Universidade de Brasília, que é possível fazer. Então, veja bem, a crítica que eu vejo algumas pessoas fazendo sobre Segundo Tempo, se você quer criticar, conheça melhor e venha trabalhar com o pessoal para você ver como você vai ajudar em uma política pública como esta, isso iria ser interessante.

L.S. – E em relação à inclusão social, tu achas que o Programa Segundo Tempo atinge os objetivos propostos relativos à inclusão social?

A.R. – Olha, depende muito do que se conceitua como inclusão social. O que eu percebo no Programa Segundo Tempo é que ele não faz inclusão social conforme minha visão conceitual desta palavra, a proposta não é fazer inclusão social; é possibilitar o empoderamento das crianças para que elas sejam agentes das mudanças da sua situação. Inclusive o meu trabalho na capacitação, eu trabalho com aquela temática: “Fundamentos do Programa Segundo Tempo”... Olha ele está claro, está belo, está muito bom, ele é uma

perspectiva que eu adoto hoje, porque a gente tem aquela questão paternalista de dizer: “Ah, eu vou fazer inclusão social!” A gente não faz inclusão social, eu não posso fazer pelas pessoas, o que elas tem que fazer por elas, mas eu posso empoderá-las, eu posso fazer com que ela acredite, que ela veja que ela é um cidadão com potencialidades, crítico, político e tudo mais, aí ele vai buscar as sua cidadania. Então, isso é mal de professor... O professor quer salvar o mundo, ele quer resolver os problemas, quer ser um super homem e a coisa não é assim. Inclusive hoje quando eu falo que eu sou professor de metodologias, metodologia do voleibol, do basquete, eu trabalho com várias metodologias, só para exemplificar... Como eu trabalho com metodologias, eu falo com os meus alunos que são futuros professores de Educação Física: “Gente, eu vou ensinar vocês? Não, eu vou facilitar a aprendizagem, porque a aprendizagem é de vocês”

Então, é meio a idéia da inclusão social, eu não ensino nada a ninguém, eu facilito o processo de aprendizagem, eu dou condições para que a aprendizagem aconteça, aprendizagem é uma atitude do sujeito, não é atitude minha. Essa é a intenção que eu tenho sobre inclusão social. Nesse sentido o Programa Segundo Tempo, faz! Porque ele oferece um espaço democrático para a prática esportiva, ele cria um espaço em que a criança é vista como cidadão, ela se vê como cidadão, porque ela está tendo um direito a uma prática esportiva, está sendo outorgado, ela está tendo um espaço, ela se sujeita àquele espaço. Aí sim, você dá condições para que haja inclusão social. Uma coisa legal, interessante é a questão de gênero que está sendo debatida, ou seja, que você possa colocar meninos e meninas nas mesmas equipes...

L.S. – Atividades...

A.R. – Nas mesmas atividades, justamente, para entender a diversidade que existe e que eu tenho que respeitar você, você precisa me respeitar e nós dois precisamos trabalhar no mesmo objetivo, que é o que a gente vê aí fora. Quantas mulheres são mortas aí pelos maridos...

L.S. – Violentadas...

A.R. – Violentadas e tudo mais, porque se a criança já está em um ambiente que ela precisa negociar com o chamado, entre aspas “sexo frágil”, só na questão da força física que eu

falo, você sabe que naquela bola ali, naquela jogada, você tem que respeitar a mulher por causa da sua fragilidade muscular que eu falo...

L.S. – Sim, claro.

A.R. – Não estou falando na questão intelectual, nem de possibilidades nesse sentido. Você tem a compreensão de que quando você casar, a mulher que está casada com você, você não pode levantar a mão para bater nela, que a gente chama isso de transferabilidade. Você pega do esporte, você pega a transferência da lição que você aprende no esporte para a vida social. Isso o Segundo Tempo trabalha muito bem, que é a transferência dos conhecimentos do esporte ali, a lição que você aprende no esporte, você leva lá para fora para a sua casa...

L.S. Na sua vida...

A.R. – Nas relações coletivas, na sua vida social. Então, o Segundo Tempo, precisa ainda mais, sabe, transformar isso em metodologia, isso é um grande problema que eu vejo. Quando você chega lá nos núcleos, eu como avaliador e como um educador que trabalha em uma universidade formando professores, eu vejo isso claramente: a teoria acaba não se consolidando em uma metodologia. Quando eu chego lá na ação do núcleo, ainda está dividido menino com menina, quando junta menino e menina, os meninos ainda se sobrepõem nas ações, eles ainda dominam o ambiente. Então, o professor não sabe ainda como intervir de forma pedagógica para que eles compreendam que existem as meninas jogando, que existem menores, que existem os gordinhos, existem pessoas não habilidosas junto com habilidosas e tudo mais. Então, esse também é um problema viu? Então, transformar o Segundo Tempo em metodologias, não é dar receita de bolo...

L.S. – Sim...

A.R. – Eu não estou falando disso, chegar lá com modelos prontos, dizer: “Essa é a teoria e essa aqui é a metodologia da teoria”. Não é isso, mas, possibilitar que eles compreendam e como transformar isso em ações, então, por isso que precisa essa capacitação continuada. Não podem ficar ali naqueles quatro dias, fechados em um hotel ou coisa parecida, você

tem que fazer com que chegue isso lá com a nossa participação. É claro, que de uma forma, isso irá se tornar mais caro e tal, mas pode ter estratégias, vai depender agora... Está com as universidades aí nas mãos, junto... Estamos aí juntos trabalhando, pode se discutir estratégias junto com as universidades de como envolver não só a equipe colaboradora, mas também algo maior na universidade em nível de estágio supervisionado ou coisa parecida. Então, é um modelo, veja bem, o Segundo Tempo nunca vai estar pronto, como nada nesse mundo, tudo muda e se aprimora, é claro, sempre para melhor.

L.S. – Bom, nosso projeto chama-se Memórias do Segundo Tempo, eu queria que tua opinião, sobre o que tu achas de preservar essa memória, por que tu achas importante?

A.R. – Eu acho importante porque - eu falo como cidadão agora - muitos projetos bons, muitas das propostas boas se perderam, porque foram idéia de uma pessoa que o órgão público investiu e acabou ficando guardado em uma gaveta. Então, a idéia de se escrever a memória é analisar a sua trajetória, é juntar documentos, dados, fatos e tudo mais, para que aquilo ali possa ficar a disposição de qualquer cidadão que possa analisar e possa resgatar algumas coisas. Porque, veja bem, o Segundo Tempo, ele é um processo... O Segundo Tempo de hoje ele é um processo que se começou em 2003, aliás, nem foi em 2003, se me permite colocar, na época do Governo Fernando Henrique Cardoso, era o Esporte Solidário e depois de um tempo o Projeto Jogar Juntos, que era do Esporte Solidário, e depois em 2003, com a vinda do Governo Lula, aí se consolidou no Programa Segundo Tempo. Então, já tinha esse embrião, como já tinha em outros, em outros, em outros, em outros, lá atrás.

“Um país que não tem memória é um país que não existe”, é alguma coisa assim, “Não existe um país sem memória”, como diz em uma propaganda aí, uma atriz aí a...

L.S. – A Fernanda Montenegro...

A.R. – A Fernanda Montenegro ela falava isso, falava isso muito bem. E esse trabalho... É muito importante esse trabalho, porque ele vai desenhar todo um processo diacrônico que é o que eu acabei de falar, da história do Programa Segundo Tempo, que não nega o seu início. A gente não pode falar: “Ah, hoje é melhor do que o início”, eu não acho essa palavra “melhor” adequada, eu acho “mais maduro”, “mais experiente”. É igual a gente, eu

hoje estou com... Vou fazer cinquenta anos no ano que vem, há vinte anos eu era completamente diferente do que eu sou hoje, mas eu era o contrário do que eu sou hoje? Não. É o meu processo. Aí a gente fala assim: “Ah, se eu soubesse o que eu sei hoje, com vinte anos atrás eu queria saber tudo que eu sei hoje”. Mas não é assim, nunca é assim, nem vai ser, porque é processo nosso de maturação. Eu acho que o Programa Segundo Tempo está em um processo de amadurecimento, como vai estar sempre... Ano que vem - não sei se a equipe volta - mas vai ter outros desafios, e com mais vivências vão ter mais ainda. Agora, eu acho, que como memória, também deveria resgatar, eu não sei se é a idéia de vocês também, documentos, fotografias, outras formas de registro...

L.S. – É sim. Tanto que nós pedimos para todas as equipes, para todos os núcleos, materiais que pudessem acrescentar a esse projeto.

A.R. – Exato. Eu acho que as coisas deveriam ser assim, mais divididas, fala com fulano, fala com sicrano, porque, à nível genérico, você pega de repente em um momento que um está muito ocupado, “Ah, depois eu vejo isso”. Então, por exemplo, eu mesmo, a gente mesmo da UNB, então precisaria de um contato mais direto, é uma sugestão...

L.S. – Claro.

A.R. – Vai ligar: “E aí André, vamos marcar tal dia? Então, não sei o que, que você quer que eu possa fazer, eu posso ir aí na UNB para a gente, de repente, sentar e ver o que você tem de documento?” Então, coisas parecidas, vocês irem atrás, não esperar que a gente mande, vai atrás, vai pega um avião um de vocês, vai lá para Brasília, aí cutuca lá nos arquivos, vai lá. Inclusive eu tenho fontes lá que o professor, Marcelo de Britto, que trabalhou à toda no Programa Segundo Tempo nessa época do [palavra inaudível], é uma fonte. Então, vocês tem que procurar também pessoas que não estão mais no Programa Segundo Tempo, agora, porque elas tem também coisas para passar para vocês.

L.S. – É, nós já começamos mais ou menos esse processo de entrevistar algumas pessoas que não fazem mais parte do Programa assim.

A.R. – Beleza, então ótimo. Eu acho que vai dar um material legal sabe, eu acho que se precisa, inclusive vocês vão dar um exemplo de como se constrói política pública que seja perene, esse é um grande problema, porque é igual aquela história: o Governo anterior faz uma ponte aqui, não terminou ainda, aí entra um novo Governo, aí como aquela ponte não foi começada por esse Governo, não vão fazer mais essa ponte ali não, vão fazer no outro canto, aí deixou uma ponte inacabada e começa outra ponte. Quando está para acabar, esse Governo perde a eleição, aí vem um outro Governo e não mexe nem nessa ponte do Governo do antecessor, naquela outra também não e faz em outro lugar. E nesse trabalho que vocês estão fazendo, eu acho que é muito interessante, vocês vão fazer um resgate da história do Programa Segundo Tempo, que não é o próprio Programa Segundo Tempo, são outras ações que culminaram o Programa Segundo Tempo. Vocês estão de parabéns e eu acho que, como o Segundo Tempo hoje está sendo um exemplo de gestão de política pública, vocês vão ser um exemplo de como se constrói a memória de uma política pública. É a Silvana⁴, que é a coordenadora, não é?

L.S. – Sim.

A.R. – Então, eu parablenizo a Silvana pela idéia e vocês, para que vocês continuem, porque eu acho que vai ser um trabalho muito legal, eu acho que vocês, ainda não sabem a dimensão que isso aí vai ter...

L.S. – Vamos ver futuramente [riso].

A.R. – Eu tenho certeza.

L.S. – Então, André, eu te agradeço, tu ficas à vontade se quiseres falar mais alguma coisa...

A.R. – Eu acho que no momento agora, o que eu tinha para falar era mais isso mesmo. Se eu lembrar de mais alguma coisa eu começo a mandar para vocês e tal. Ah, outra coisa que eu queria falar também: é a relação dos convênios com o Programa Segundo Tempo. Eu acho que com a equipe colaboradora, com essa presença de alguém, ela humanizou. O que

⁴ Silvana Vilodre Goellner, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

eu noto é que as relações não estavam humanizadas, eram relações de papéis, de relatórios, com a nossa intervenção, indo lá, estando com eles, parece que quebrou um pouco essa questão protocolar de relação através de papéis. Uma relação mais demonstrativa e burocrática. Eu acho que humanizou mais, inclusive, quando você que faz a capacitação, eu acho legal isso, eu capacito, a equipe colaboradora capacita, a equipe colaboradora vai lá visitar, então, já estabelece uma relação mais humana. E é uma pena que quando a gente chega lá, eles olham para a gente e eles querem mais coisas, mas infelizmente a gente tem que ir embora, é um dia só. Então, a gente percebe que precisava criar um elo mais forte de humanização das ações através de atuações mais solidárias junto com eles. Então, eu espero que na próxima etapa esse seja o desafio.

L.S. – Tomara.

A.R. – De como fazer essa humanização, essa aproximação de convênio e núcleo principalmente, núcleo principalmente e o Ministério do Esporte. Precisa da presença humana, estarmos lá trabalhando com eles, porque é fácil você falar que é para mandar fechar aquele núcleo, aquele convênio que não está funcionando, mas por que? Porque só tem o relatório, só tem números, só tem indicadores numéricos, mas precisa de uma avaliação qualitativa. Será que fomos nós, desculpa falar, nós do Ministério do Esporte, como gestores, uma incompetência administrativa de estar presente lá com eles, para resgatá-los? Senão você mata o doente, aquilo que eu falei, a gente precisa de cuidado, mas você está matando ele, sem antes resgatá-lo, saber o que é e dar algo que possa ajudar. Está bom?

L.S. – Está bom.

[FINAL DO DEPOIMENTO]